

LEIS

(Processo SEI nº 3552205.404.00155365/2025-85)

LEI Nº 13.370, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2 025.

(Institui o Programa Municipal de Divulgação de Animais Perdidos no Município de Sorocaba e dá outras providências).

Projeto de Lei nº 545/2025 – autoria do Vereador CAIO DE OLIVEIRA EGÊA SILVEIRA.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Sorocaba, o Programa Municipal de Divulgação de Animais Perdidos, com o objetivo de facilitar a localização e o reencontro de animais de estimação extraviados com seus tutores, por meio da veiculação de informações em canal oficial.

Art. 2º A divulgação será realizada por meio de seção específica no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Sorocaba, contendo fotografia e dados básicos dos animais perdidos.

§ 1º As informações a serem publicadas deverão conter, no mínimo:

I – fotografias do animal;

II – nome do animal;

III – raça e sexo;

IV – cor predominante e características visuais relevantes;

V – porte e peso aproximado;

VI – local e data aproximada da perda;

VII – meios de contato para envio de informações e localização.

§ 2º O conteúdo da publicação será encaminhado pelo tutor, por meio de formulário ou canal próprio a ser definido pelo Poder Executivo.

§ 3º A divulgação deverá permanecer no ar, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada mediante solicitação expressa do tutor, ou retirada antecipadamente mediante solicitação ou localização do animal.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Tropeiros “Dr. José Theodoro Mendes”, em 14 de novembro de 2 025, 371º da Fundação de Sorocaba.

FERNANDO MARTINS DA COSTA NETO

Prefeito Municipal

em exercício

DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES

Secretário Jurídico

AMÁLIA SAMYRA TOLEDO EGÊA

Secretária de Governo

ALFEU MALAVAZZI NETO

Secretário do Meio Ambiente, Proteção e Bem-Estar Animal

Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.

ANA CAROLINA GOMES DOS SANTOS

Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade instituir o Programa Municipal de Divulgação de Animais Perdidos, como instrumento de utilidade pública voltado ao reencontro entre tutores e seus animais de estimação, no âmbito da cidade de Sorocaba.

Trata-se de medida simples, mas de alto impacto social, que visa criar uma seção específica no sítio oficial da Prefeitura para recebimento e divulgação de informações sobre animais perdidos, com campos básicos de identificação e contato. A iniciativa busca suprir uma lacuna verificada atualmente, tendo em vista que a administração municipal ainda não disponibiliza canal oficial estruturado para este fim.

A criação de um banco de dados público e acessível contribuirá não apenas para facilitar o reencontro entre tutores e seus animais, como também poderá gerar economia para o próprio Poder Público, ao reduzir o número de animais recolhidos ou abandonados em vias públicas. A previsão de possibilidade de parcerias, convênios ou contratos com entidades públicas, privadas ou do terceiro setor, incluindo protetores independentes e associações de bem-estar animal, visa ampliar as possibilidades de execução do programa, sempre priorizando o caráter voluntário e colaborativo das ações, sem onerar desnecessariamente os cofres públicos.

A proposta se alinha ao princípio da dignidade da vida animal, da proteção ambiental e à valorização das relações afetivas entre seres humanos e animais domésticos, cada vez mais reconhecidas como parte integrante das estruturas familiares contemporâneas.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Pares, na certeza de contar com seu apoio para a aprovação desta iniciativa.

(Processo SEI nº 3552205.404.00155379/2025-07)

LEI Nº 13.371, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2 025.

(Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Município de Sorocaba a Semana Municipal do Jovem Aprendiz e do Primeiro Emprego para Jovens e dá outras providências).

Projeto de Lei nº 375/2025 – autoria do Vereador FABIO SIMOA MENDES DO CARMO LEITE.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Sorocaba, a “Semana Municipal do Jovem Aprendiz e do Primeiro Emprego para Jovens”, a ser celebrada anualmente na última semana do mês de abril, em consonância com o Dia Internacional do Jovem Trabalhador, comemorado em 24 de abril, passando a integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Sorocaba.

Art. 2º A instituição da Semana Municipal do Jovem Aprendiz e do Primeiro Emprego para Jovens no município de Sorocaba visa promover a conscientização sobre a importância da inserção qualificada da juventude no mercado de trabalho, estimular políticas públicas voltadas à capacitação profissional e fomentar parcerias entre o poder público, o setor privado e instituições de ensino, com o intuito de garantir oportunidades de desenvolvimento pessoal e econômico aos jovens sorocabanos e de região.



Autenticador 3100300034003700330039003A005400520001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Arquivo assinado digitalmente. Para mais informações consulte <http://noticias.sorocaba.sp.gov.br/jornal/>

Art. 3º Durante a “Semana Municipal do Jovem Aprendiz e do Primeiro Emprego para Jovens”, o Poder Público Municipal poderá promover, intensificar e coordenar, inclusive por meio de ações intersetoriais, atividades voltadas à valorização da juventude, à formação profissional, ao empreendedorismo jovem, à orientação vocacional, à divulgação de direitos trabalhistas e ao estímulo à contratação de jovens aprendizes e trabalhadores em busca do primeiro emprego.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Público a celebrar contratação, convênio e/ou parcerias com organizações não governamentais, instituições de ensino superior, empresas públicas ou privadas, entidades filantrópicas sem fins lucrativos, entidades de classe, outros órgãos municipais, estaduais e federais, bem como com a sociedade civil organizada e demais interessados para cumprimento do estabelecido na presente Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Tropeiros “Dr. José Theodoro Mendes”, em 14 de novembro de 2 025, 371º da Fundação de Sorocaba.

FERNANDO MARTINS DA COSTA NETO

Prefeito Municipal

em exercício

DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES

Secretário Jurídico

AMÁLIA SAMYRA TOLEDO EGÊA

Secretária de Governo

ANA CLAUDIA MARTINI FAUAZ

Secretária da Cidadania

PÉRICLES RÉGIS MENDONÇA DE LIMA

Secretário de Relações do Trabalho e Qualificação Profissional

Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.

ANA CAROLINA GOMES DOS SANTOS

Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de lei visa instituir e incluir no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Sorocaba a "Semana Municipal do Jovem Aprendiz e do Primeiro Emprego para Jovens", a ser celebrada anualmente na última semana de abril, de modo a coincidir com o Dia Internacional do Jovem Trabalhador, comemorado em 24 de abril. A proposta busca fortalecer o debate e a atuação concreta em prol da juventude, especialmente no que se refere à qualificação e à inserção no mundo do trabalho.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em março de 2024 o Brasil alcançou a marca histórica de 602.671 jovens aprendizes contratados, demonstrando a relevância e o potencial de transformação social que os programas de aprendizagem representam para jovens em situação de vulnerabilidade e para a economia como um todo.

No contexto sorocabano, o tema também é de grande relevância. A cidade conta com políticas voltadas à formação profissional e à proteção de adolescentes, como o Programa Municipal de Aprendizagem Social, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26.447/2021, que possibilita a contratação de jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social e combate ao trabalho infantil.

Além disso, a Lei Municipal nº 11.111/2015 estabelece incentivo fiscal a empresas que contratam jovens em seu primeiro emprego, evidenciando o empenho local em construir pontes entre juventude e empregabilidade.

A Semana ora proposta permitirá a ampliação desses esforços, oferecendo um espaço anual para promoção de debates, oficinas, feiras de profissões, encaminhamento para vagas de emprego e aprendizagem, articulação entre poder público, empresas, escolas e entidades formadoras. Trata-se de uma medida que, além de educativa e inclusiva, responde à urgente necessidade de promover a autonomia dos jovens e construir uma sociedade mais justa, preparada e comprometida com o futuro.

A proposta também se alinha diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente aos ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas vereadores para aprovação deste importante projeto, que reafirma o compromisso de Sorocaba com sua juventude e com políticas públicas de impacto positivo e transformador.

(Processo SEI nº 3552205.404.00155404/2025-44)

LEI Nº 13.372, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2 025.

(Dispõe sobre a garantia do direito de acesso às imagens capturadas pela Prefeitura por meio das câmeras de monitoramento de trânsito, no âmbito do Município de Sorocaba e dá outras providências).

Projeto de Lei nº 530/2025 – autoria do Vereador HENRI JOSÉ ARIDA.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica garantido a toda cidadão o direito de obter, mediante solicitação, em defesa da incolumidade e ordem pública, as imagens registradas, administradas e geridas pela Prefeitura por meio das câmeras de monitoramento de trânsito, quando diretamente envolvidos em acidentes, infrações e demais ocorrências no âmbito do Município.

Art. 2º A solicitação do interessado poderá ser feita pessoalmente, por meio eletrônico ou de outro canal disponibilizado pelo Poder Executivo, sem a necessidade de intermediação de advogado ou qualquer outro representante legal.

Parágrafo único. O acesso às imagens será concedido ao solicitante, demonstrado fundado interesse, através da apresentação de Boletim de Ocorrência ou de outro documento idôneo.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que lhe couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Tropeiros “Dr. José Theodoro Mendes”, em 14 de novembro de 2 025, 371º da Fundação de Sorocaba.

FERNANDO MARTINS DA COSTA NETO

Prefeito Municipal

em exercício

DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES

Secretário Jurídico

AMÁLIA SAMYRA TOLEDO EGÊA

Secretária de Governo

ANA CLAUDIA MARTINI FAUAZ

Secretária da Cidadania

PÉRICLES RÉGIS MENDONÇA DE LIMA

Secretário de Relações do Trabalho e Qualificação Profissional

Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.

ANA CAROLINA GOMES DOS SANTOS

Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de lei visa instituir e incluir no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Sorocaba a "Semana Municipal do Jovem Aprendiz e do Primeiro Emprego para Jovens", a ser celebrada anualmente na última semana de abril, de modo a coincidir com o Dia Internacional do Jovem Trabalhador, comemorado em 24 de abril. A proposta busca fortalecer o debate e a atuação concreta em prol da juventude, especialmente no que se refere à qualificação e à inserção no mundo do trabalho.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em março de 2024 o Brasil alcançou a marca histórica de 602.671 jovens aprendizes contratados, demonstrando a relevância e o potencial de transformação social que os programas de aprendizagem representam para jovens em situação de vulnerabilidade e para a economia como um todo.

No contexto sorocabano, o tema também é de grande relevância. A cidade conta com políticas voltadas à formação profissional e à proteção de adolescentes, como o Programa Municipal de Aprendizagem Social, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26.447/2021, que possibilita a contratação de jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social e combate ao trabalho infantil.

Além disso, a Lei Municipal nº 11.111/2015 estabelece incentivo fiscal a empresas que contratam jovens em seu primeiro emprego, evidenciando o empenho local em construir pontes entre juventude e empregabilidade.

A Semana ora proposta permitirá a ampliação desses esforços, oferecendo um espaço anual para promoção de debates, oficinas, feiras de profissões, encaminhamento para vagas de emprego e aprendizagem, articulação entre poder público, empresas, escolas e entidades formadoras. Trata-se de uma medida que, além de educativa e inclusiva, responde à urgente necessidade de promover a autonomia dos jovens e construir uma sociedade mais justa, preparada e comprometida com o futuro.

A proposta também se alinha diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente aos ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas vereadores para aprovação deste importante projeto, que reafirma o compromisso de Sorocaba com sua juventude e com políticas públicas de impacto positivo e transformador.

LEIS

DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES  
Secretário Jurídico  
AMÁLIA SAMYRA TOLEDO EGÊA  
Secretária de Governo  
CRISTIANO CLEITON DE MELO  
Diretor Presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social de Sorocaba - URBES  
em substituição  
Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.  
ANA CAROLINA GOMES DOS SANTOS  
Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais  
JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei tem como objetivo facilitar o acesso da população às imagens captadas pelas câmeras de monitoramento de trânsito da Prefeitura Municipal de Sorocaba em casos de acidentes ou para defesa em multas de trânsito. Atualmente, muitos cidadãos enfrentam dificuldades para obter essas imagens, o que pode prejudicar a comprovação dos fatos e a defesa de seus direitos.

A exigência de um advogado para requerer tais imagens representa um ônus financeiro desnecessário para os envolvidos e joga contra o tempo hábil para aquisição das imagens, podendo dificultar ainda mais a resolução de questões administrativas e judiciais relacionadas ao sinistro. Ao permitir que o próprio cidadão faça a solicitação diretamente, garantimos um procedimento mais ágil, acessível e menos burocrático.

Além disso, a transparência na disponibilização dessas imagens reforça o compromisso do poder público com a segurança viária e a justiça, permitindo que os envolvidos tenham acesso a provas que podem ser fundamentais para esclarecer a dinâmica do acidente. Não é incomum os casos em que o motorista é acusado de uma infração de trânsito que não cometeu, e as imagens podem solucionar o caso. E é neste momento que o condutor que vai atrás desta prova encontra morosidade para aquisição das imagens. Tendo em vista que esse material é armazenado, muitas vezes, por poucos dias, remover a burocracia pode agilizar e facilitar o processo.

Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste projeto de Lei, que visa garantir mais transparência, eficiência e respeito ao direito dos cidadãos de Sorocaba.

**(Processo SEI nº 3552205.404.00155419/2025-11)**  
**LEI Nº 13.379, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2 025.**  
(Institui a Semana da Conscientização sobre a Menopausa e o Climatério no Município de Sorocaba e dá outras providências).  
Projeto de Lei nº 435/2025 – autoria do Vereadora FERNANDA SCHLIC GARCIA.  
A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica instituída a semana de outubro como Semana da Conscientização sobre a Menopausa e o Climatério.  
Parágrafo único. A Semana de que trata esta Lei tem como objetivo debater, na perspectiva da saúde pública, aspectos relacionados à menopausa e ao climatério, por meio de campanhas, seminários, palestras e formas diversas de ampla publicidade.  
Art. 2º A Semana de Conscientização sobre a Menopausa e o Climatério passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Sorocaba.  
Art. 3º Nesta semana o município poderá promover discussões e avaliações sobre a implementação em âmbito local da Política Pública Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Climatério e Menopausa prevista na Lei Estadual nº 18.074, de 27 de dezembro de 2024.  
Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à custa de dotações orçamentárias próprias.  
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Palácio dos Tropeiros “Dr. José Theodoro Mendes”, em 18 de novembro de 2 025, 371º da Fundação de Sorocaba.  
FERNANDO MARTINS DA COSTA NETO  
Prefeito Municipal  
em exercício  
DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES  
Secretário Jurídico  
AMÁLIA SAMYRA TOLEDO EGÊA  
Secretária de Governo  
ANA CLAUDIA MARTINI FAUAZ  
Secretária da Cidadania  
JOÃO PEDRO ARRUDA FRALETTI MIGUEL  
Secretário da Saúde  
Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.  
ANA CAROLINA GOMES DOS SANTOS  
Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais  
JUSTIFICATIVA  
É vigente no estado de São Paulo desde dezembro de 2024 a Lei Estadual nº 18.074 que Institui a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Climatério e na Menopausa e dá outras providências. No entanto, entendendo que se trata de uma Lei relativamente recente no Estado, a Município de Sorocaba pode voltar seu olhar para a implementação dessa, que visa a atender mulheres em saúde.  
Para isso, essa proposta de Lei vem no sentido de instituir uma semana municipal para tratar dessa temática tão importante para a saúde da mulher.  
Segundo o Censo de 2022 do IBGE Sorocaba conta com uma população de:  
• 31.741 mulheres na faixa etária de 40 a 44 anos,  
• 26.265 mulheres na faixa etária de 45 a 49 anos,  
• 23.880 mulheres na faixa etária de 50 a 54 anos  
Totalizando nessas 3 faixas etárias 81.886 mulheres.  
Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
3100300034003700330039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Lei estadual estabelece que:  
Artigo 2º - A Política Estadual ora instituída atenderá especialmente às seguintes diretrizes:  
I - estimular a realização de campanhas, seminários ou palestras sobre o climatério e a menopausa, que envolvam a conscientização sobre os sintomas, exames, diagnósticos e orientações;  
II - estimular a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas às mulheres, a fim de se compreender as principais alterações esperadas no climatério e na menopausa;  
III - estimular o atendimento multidisciplinar voltado à identificação precoce e ao tratamento de doenças crônicas comuns, prevenção de agravos, bem como ao manejo de sintomas no climatério;  
IV - incentivar a formação, capacitação e sensibilização de profissionais especializados para atender às particularidades inerentes à mulher no climatério e na menopausa;  
V - estimular a adoção de estratégias de cogestão, com acolhimento, escuta qualificada, oferta programada e captação precoce na perspectiva da promoção da saúde, a fim de racionalizar e qualificar o atendimento;  
VI - estimular a realização de pesquisas científicas sobre os benefícios da terapia de reposição hormonal, a ser utilizada sempre que houver indicação; VII - disseminar, na sociedade em geral, informações relativas ao climatério e à menopausa e suas implicações.

Entendemos que se trata de uma política pública de saúde no âmbito da atenção básica, que deve ser implementada nas Unidades Básicas de Saúde - UBS do Município e Unidades de Estratégia de Saúde da família – ESF. Como todo investimento em atenção básica resultará em prevenção de agravos em saúde, melhora na qualidade de vida de uma grande parte da população de Sorocaba e economia de recursos públicos. Nesta linha:

Em Municípios com alta adesão ao Programa Saúde da Família (PSF), as taxas de hospitalização por doenças crônicas foram 13% menores do que em Municípios com baixo índice de adesão, quando outros fatores foram mantidos constantes. Tais resultados sugerem que o PSF melhorou o desempenho do sistema de saúde no Brasil ao reduzir o número de hospitalizações potencialmente evitáveis.

Cada real aplicado em Atenção Básica retorna múltiplos na forma de menor gasto com média e alta complexidade, além de melhorar a qualidade de vida da população. Para gestores do SUS, ampliar e qualificar a APS não é apenas uma decisão sanitária, mas também a estratégia mais custo-efetiva para manter a sustentabilidade financeira do sistema.

Desta forma, no sentido de garantir transparência é que se apresenta esse projeto, contado com o apoio dos nobres pares para a aprovação.





LIGUE 153

PROTEGER E SERVIR

GRATUITO

